

**A SUBJETIVIDADE NA REDAÇÃO DO ENEM: UMA ANÁLISE
À LUZ DOS ESTUDOS DE BENVENISTE**

Vinicius da Silva Zacarias (UFMS)
zacavinih@gmail.com

RESUMO

O presente trabalho se insere no campo da Linguística Aplicada e adota como objetivo identificar e discutir, a partir dos estudos benvenistianos, a presença de marcas de subjetividade em um texto dissertativo-argumentativo avaliado com nota máxima na prova de redação do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) em sua edição de 2019. O estudo se justifica pela necessidade de que o professor, a partir do reconhecimento de tais marcas nas redações de seus alunos, possa avaliar e intervir, se necessário, fomentando o desenvolvimento da capacidade de se posicionar e de assumir a função de sujeito no processo de enunciação dos discentes, compreendendo, assim, o funcionamento e as possibilidades oferecidas pela linguagem. As conclusões demonstram que, mesmo diante da necessidade de apagar-se enquanto sujeito, imposta pelo contexto da redação do Enem, a enunciação não deixa de ser instaurada, assim como as marcas da presença do locutor não deixam de figurar no texto tanto no modo semiótico quanto no semântico.

Palavras-chave:
Enem. Enunciação. Redação.

ABSTRACT

The present work is inserted in the field of Applied Linguistics and aims to identify and discuss, based on Benvenistian studies, the presence of subjectivity marks in a dissertation-argumentative text evaluated with maximum marks in the writing test of the National High School Exam (Enem) in its 2019 edition. The study is justified by the need that the teacher, from the recognition of such marks in the essays of their students, can assess and intervene, if necessary, promoting the development of the ability to position oneself and assume the role of subject in the students' enunciation process, thus understanding the functioning and possibilities offered by language. The conclusions demonstrate that, even in the face of the need to erase oneself as a subject, imposed by the context of the Enem's composition, the enunciation is still established, beyond that the marks of the speaker's presence do not cease to appear in the text both in the semiotic and in the semantic dimensions.

Keywords:
Composition. Enem. Enunciation.

1. Introdução

O Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) é, atualmente, uma das maiores portas de acesso ao ensino superior no Brasil. Sendo assim,

compreender a forma como ele se estrutura e seus critérios avaliativos é de fundamental importância tanto para professores quanto para estudantes em processo de preparação para a realização dessa avaliação.

Partindo desse princípio, este estudo visa identificar e discutir as marcas de subjetividade em uma redação avaliada com nota máxima no Enem 2019, a partir de uma ancoragem teórica nos estudos sobre a enunciação desenvolvidos por Benveniste (1976; 1989).

Para tanto, o texto é composto por uma seção inicial, na qual são discutidos aspectos referentes à história do Enem, bem como sobre as principais características das provas, em especial, as da prova de redação. Em seguida, são revisitados alguns conceitos presentes nas obras *Problemas de linguística geral I* (BENVENISTE, 1976) e *Problemas de linguística geral II* (BENVENISTE, 1989), de Émile Benveniste, como enunciação, subjetividade, intersubjetividade, diálogo, modo semântico, modo semiótico, entre outros que iluminarão o objeto de estudo adotado para, enfim, proceder-se à análise de uma redação que recebeu nota 1000 na edição de 2019 do exame observando e discutindo as marcas de subjetividade nela identificadas.

2. O Enem e a prova de redação

A primeira edição do Enem ocorreu em 1998 (Cf. BRASIL, 2002) e, na ocasião, a avaliação se propunha a “(...) avaliar o desempenho escolar dos estudantes ao término da educação básica, para aferir o desenvolvimento de competências fundamentais ao exercício pleno da cidadania” (BRASIL, 2002, p. 7). Ou seja, o exame era dotado de um forte caráter diagnóstico, na medida em que fornecia aos órgãos governamentais um panorama dos conhecimentos dos estudantes ao concluírem o Ensino Médio.

Em suas primeiras edições, a prova era constituída por 63 questões de múltipla escolha, todas de igual valor, elaboradas a partir de uma matriz com 21 habilidades. Além disso, os candidatos deveriam realizar uma redação a partir de um tema proposto pela banca examinadora. Tanto as questões quanto a prova de redação eram realizadas no mesmo dia (Cf. BRASIL, 2002).

No entanto, ao longo de sua existência, o exame passou por diversas transformações e aprimoramentos, mantendo seu caráter diagnóstico, mas ampliando o escopo de possibilidades de uso de seus dados. Dentre

essas alterações, destaca-se a reformulação da avaliação levada a cabo em 2009, motivada, entre outros fatores, pela criação do Sistema de Seleção Unificado, o Sisu. Com isso, o Enem passou a se configurar como uma das grandes portas de acesso ao ensino superior no Brasil (Cf. INEP, 2020b).

Dessa forma, a prova passou a acontecer em dois dias, além de comportar um número maior de questões (180 itens de múltipla escolha) elaboradas a partir de uma nova matriz de avaliação contemplando quatro áreas do conhecimento (Cf. INEP, 2020b) – a saber: Linguagens, Códigos e suas Tecnologias, Matemática e suas Tecnologias, Ciências da Natureza e suas Tecnologias, e Ciências Humanas e suas Tecnologias (Cf. INEP, 2009). Além das questões de múltipla escolha, o exame continuou a solicitar aos candidatos a produção de uma redação a partir de tema que, em geral, consiste em uma problemática social, para a qual eles precisam apresentar uma proposta de intervenção.

Outro aprimoramento digno de nota ocorreu em 2014, ano em que os resultados do Enem passaram a ser aceitos por universidades portuguesas. Em consulta ao site do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), foi possível verificar que mais de 50 instituições de ensino técnico e superior de Portugal aceitam a nota do Enem para o processo de ingresso dos estudantes brasileiros em seus cursos (Cf. INEP, 2020c), o que se constitui em oportunidade para aqueles que tenham interesse em realizar estudos no exterior.

Entre as inovações mais recentes do exame está a aplicação do Enem Digital, que teve sua primeira edição no ano de 2020. Segundo o *Edital nº 55, de 28 de julho de 2020*, que trata do Enem 2020 Digital (Cf. INEP, 2020a), as provas foram aplicadas nos dias 31 de janeiro de 2021 e 07 de fevereiro de 2021. No primeiro dia, houve aplicação das provas de Linguagens, Códigos e suas Tecnologias, Ciências Humanas e suas Tecnologias bem como da prova de redação. Ficaram para o segundo dia as questões de Ciências da Natureza e suas Tecnologias e Matemática e suas Tecnologias. Um fato que merece destaque é que, embora as questões de múltipla escolha tenham sido realizadas por meio de sistema informatizado, a avaliação de redação permaneceu no formato impresso, sendo realizada à caneta esferográfica de tinta preta, do mesmo modo que no Enem impresso.

No que tange especificamente à prova de redação, enunciado que dá origem ao texto a ser analisado neste estudo, a avaliação é corrigida

com base em uma matriz de referência específica, que contempla cinco competências, apresentadas no Quadro 1, a seguir:

Quadro 1: Competências avaliadas na prova de redação do Enem.

Competência 1:	Demonstrar domínio da modalidade escrita formal da língua portuguesa.
Competência 2:	Compreender a proposta de redação e aplicar conceitos das várias áreas de conhecimento para desenvolver o tema, dentro dos limites estruturais do texto dissertativo-argumentativo em prosa.
Competência 3:	Selecionar, relacionar, organizar e interpretar informações, fatos, opiniões e argumentos em defesa de um ponto de vista.
Competência 4:	Demonstrar conhecimento dos mecanismos linguísticos necessários para a construção da argumentação.
Competência 5:	Elaborar proposta de intervenção para o problema abordado, respeitando os direitos humanos.

Fonte: Brasil (2020, p. 8).

A cada uma das cinco competências apresentadas no quadro anterior é atribuído pelos corretores um valor entre 0 e 200 pontos. A pontuação final de um candidato é definida pela soma das notas obtidas em cada uma das competências, sendo 1000 pontos a nota máxima possível de ser atingida na prova de redação.

Em seu processo de preparação, os candidatos podem contar com uma publicação anual do MEC/INEP: a Cartilha do Participante (BRASIL, 2020). O guia apresenta várias informações relevantes às quais os estudantes que se submeterão à avaliação devem se atentar, como a explicação detalhada sobre os critérios de correção das provas e as situações que podem levar à nota zero na redação.

Ao final da referida cartilha (BRASIL, 2020), os candidatos ainda podem encontrar exemplos de redação que obtiveram pontuação máxima na prova, ou seja, que foram avaliadas com nota 1000. O intuito de apresentar esses textos é compartilhar com os candidatos bons modelos para que possam compreender e internalizar as qualidades necessárias a uma redação considerada perfeita pela banca examinadora. Levando em consideração esse fato, bem como a necessidade de que os estudantes desenvolvam a capacidade de se assumir adequadamente a posição de sujeitos ao produzir seus enunciados é que selecionamos uma dessas redações nota 1000 para ser analisada nesse trabalho, evidenciando as marcas de subjetividade do candidato-autor.

3. *Conceitos benvenistianos*

Nesta seção, mobilizam-se alguns conceitos e ideias do linguista sírio Émile Benveniste (1976; 1989) a fim de subsidiar a análise a ser realizada posteriormente. Para tanto, serão tomadas como base as obras *Problemas de linguística geral I* (BENVENISTE, 1976) e *Problemas de linguística geral II* (BENVENISTE, 1989), além de textos de pesquisadores brasileiros, a saber, os estudos de Augustini e Silva (2015) e de Parreira (2017).

Convém iniciar destacando que, na concepção benvenistiana, a linguagem não é encarada como um instrumento, visto que, ao considerá-la dessa forma, separa-se homem e linguagem, o que, segundo o teórico, é impossível, visto que:

Não atingimos nunca o homem separado da linguagem e não o vemos nunca inventando-a. [...] É um homem falando que encontramos no mundo, um homem falando com outro homem, e a linguagem ensina a própria definição de homem. (BENVENISTE, 1989, p. 85)

Assim, pautando-se na concepção do teórico, a linguagem deve ser vista mais como um elemento caracterizador do homem enquanto tal do que como um instrumento para sua expressão.

É mister considerar, também, o conceito de enunciação, que consiste em “(...) colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização.” (BENVENISTE, 1989, p.82). Na definição, é possível vislumbrar a importância assumida pelo sujeito nos estudos benvenistianos, tendo em vista que o ato de utilização da língua é individual, ou seja, realizado por um indivíduo constituído como sujeito “(...) **na e pela** linguagem” (BENVENISTE, 1976, p. 286, grifo do autor), que, ao enunciar, realiza a “(...) conversão individual da língua em discurso.” (BENVENISTE, 1989, p. 83).

Ao analisar um enunciado, portanto, é necessário considerar: “(...) o próprio ato, as situações em que ele se realiza, os instrumentos de sua realização.” (BENVENISTE, 1989, p. 83). Dessa forma, a enunciação instaura e causa a existência de um conjunto de conceitos que, reunidos, constituem um aparelho que tem no **locutor** um de seus principais elementos. Ao apropriar-se da língua e assumir a posição de locutor, esse indivíduo instaura, por consequência, a posição do **alocutário**, ou seja, o alguém a quem a enunciação se dirige e de quem se solicita uma resposta em contrapartida. Conforme afirma Benveniste:

A consciência de si mesmo só é possível se experimentada por contraste. Eu não emprego **eu** a não ser dirigindo-me a alguém, que será na minha alocação um **tu**. Essa condição de diálogo é que é constitutiva da **pessoa**, pois implica uma reciprocidade – que eu me torne **tu** na alocação daquele que por sua vez se designa por **eu**. (BENVENISTE, 1976, p. 286) (grifo do autor)

Logo, a enunciação instaura um diálogo entre um **eu** e um **tu**, na medida em que, no ato de responder, o **tu** se torna **eu**, invertendo-se os papéis outrora ocupados por cada um na enunciação. Portanto, pode-se compreender que o locutor apenas existe em função de um alocutário, ou seja, é pela presença do alocutário que se constitui o locutor. Sendo assim, para Benveniste (1989), “o que, em geral caracteriza a enunciação é **a acentuação da relação discursiva com o parceiro**, seja este real ou imaginado, individual ou coletivo.” (BENVENISTE, 1989, p. 87, grifo do autor) Ao considerar essas especificidades, entende-se que até mesmo um monólogo do locutor consigo mesmo pode ser considerado uma forma de diálogo, visto que, nessa situação, há um **eu** que ocupa simultaneamente a posição de locutor e ouvinte (Cf. BENVENISTE, 1989).

Para Benveniste (1989), também integra o aparelho enunciativo o **referente**, ou seja, de que ou quem se fala. Logo, o diálogo entre **eu** e **tu** sofre, até certo ponto, influência do referente, que também influenciará as escolhas linguísticas tanto do locutor quanto do alocutário no ato de enunciação.

Para completar os elementos constituintes desse aparelho de enunciação, Benveniste (1989) menciona os **índices de ostensão**, considerados “(...) termos que implicam um gesto que designa o objeto ao mesmo tempo que é pronunciada a instância do termo” (BENVENISTE, 1989, p. 85); os **pronomes pessoais e demonstrativos**, que, segundo o autor, referem-se sempre a indivíduos (pessoas, lugares, momentos) específicos de uma determinada enunciação, diferentemente dos termos que se referem a conceitos; as **formas verbais**, que sempre serão determinadas a partir do momento em que o **eu** toma a palavra (presente); e o **aparelho de funções** que, permitindo ao locutor influenciar o comportamento do alocutário, é constituído pela **interrogação** (caracterizada por solicitar uma resposta do alocutário), **asserção** (transmite a ideia de certeza e marca a presença do locutor em seu enunciado) e pela **intimação** (caracterizada pelas ordens, comandos e apelos) (Cf. BENVENISTE, 1989)

No capítulo “A forma e o sentido na linguagem”, Benveniste (1989) discute os dois modos pelos quais a linguagem pode se manifes-

tar: o **modo semiótico** e o **modo semântico**. O primeiro modo relaciona-se às questões estruturais da língua, ou seja, a análise da língua enquanto forma e seus componentes. Assim, “(...) tudo o que é do domínio do semiótico tem por critério necessário e suficiente que se possa identificá-lo no interior e no uso da língua.” (BEVENISTE, 1989, p. 227). Já no modo semântico, o foco está nos sentidos assumidos pelas formas quando efetivamente em uso.

A noção de semântica nos introduz no domínio da língua em emprego e em ação; vemos desta vez na língua sua função mediadora entre o homem e o homem, entre o homem e o mundo, entre o espírito e as coisas, transmitindo a informação, comunicando a experiência, impondo a adesão, suscitando a resposta, implorando, constringendo; em resumo, organizando toda a vida dos homens. (BENVENISTE, 1989, p. 229)

Na enunciação, os dois modos se sobrepõem, pois, a partir das formas disponibilizadas pela língua, é feita a sintagmatização, ou seja, a escolha e a organização desses elementos na frase para que assumam um determinado sentido, em uma determinada circunstância enunciativa (BEVENISTE, 1989).

Outro fator importante a ser levado em consideração nessa discussão é que Benveniste (1976; 1989) não considera o texto como a maior unidade de análise, mas a frase. Para o teórico, a frase:

[...] é uma unidade, na medida em que é um segmento de discurso, e não na medida em que poderia ser distintiva com relação a outras unidades do mesmo nível [...]. É, porém, uma unidade completa, que traz ao mesmo tempo sentido e referência: sentido porque é enformada de significação, e referência porque se refere a uma determinada situação. Os que se comunicam têm justamente isto em comum, uma certa referência de situação, sem a qual a comunicação como tal não se opera, sendo inteligível o “sentido” mas permanecendo desconhecida a “referência. (BENVENISTE, 1976, p. 139-40)

Assim, por se constituir enquanto unidade de discurso completa, trazendo consigo estrutura, sentido e referência, a frase é a unidade analítica do ponto de vista benvenistiano. Augustini e Silva (2015,) explicam essa ideia ao afirmarem que:

Quando o locutor organiza os signos que estão impressos virtualmente em sua mente em sintagmas, de modo a produzir frases conexas entre si, a língua-sistema, que herdou dos outros homens em sua experiência de linguagem, converte-se em língua-discurso, cuja expressão por excelência é a frase. Por isso, a frase apresenta um funcionamento particular: ela permite que o modo semiótico se articule ao modo semântico de maneira a produzir significância, o que habilita o **diálogo** entre os participantes da **relação discursiva**. (AUGUSTINI; SILVA, 2015, p. 226) (grifo do autor)

Verifica-se, a partir das ideias das autoras, que, consoante Benveniste, a frase é o elemento que permite a interação genuína entre os falantes, na medida em que ela carrega consigo a significação das ideias compartilhadas entre os envolvidos na ação enunciativa, daí ser considerada como unidade analítica discursiva máxima, conforme pontua o estudioso: “É no discurso atualizado em frases que a língua se forma e se configura. Aí começa a linguagem.” (BENVENISTE, 1976, p. 140).

Convém abordar, também, os conceitos de subjetividade e de intersubjetividade, essenciais para a análise a ser empreendida neste trabalho. Em primeiro lugar, Benveniste (1976) atribui à linguagem a função de criar o sujeito, pois é nela e por ela que ele se constitui enquanto tal. Para o autor, a subjetividade é:

[...] a capacidade do locutor para se propor como “sujeito”. Define-se não pelo sentimento que cada um experimenta de ser ele mesmo [...] mas como a unidade psíquica que transcende a totalidade das experiências vividas que reúne e que assegura a permanência da consciência. Ora, essa “subjetividade” [...] não é mais que a emergência no ser de uma propriedade fundamental da linguagem. É o “ego” que **diz ego**. Encontramos aí o fundamento da “subjetividade” que se determina pelo **status** linguístico da pessoa. (BENVENISTE, 1976, p. 286) (grifo do autor)

A subjetividade, portanto, está relacionada à capacidade do locutor assumir-se como tal no processo de enunciação, e, assim, mobilizar a língua para produção de sentidos, ou seja, “(...) o fundamento da subjetividade está no exercício da língua” (BENVENISTE, 1976, p. 288).

Em certas situações comunicativas, é necessário um apagamento intencional do **eu** no enunciado, como ocorre nos discursos científicos, porém, vale ressaltar que, ainda nesses casos, é possível verificar a subjetividade, uma vez que há um locutor que assume a posição de sujeito (**eu**) e mobiliza a língua para produção de sentidos sobre um referente (**ele**) tendo em vista um alocutário (**tu**). Nesse processo, as escolhas feitas pelo locutor na sintagmatização revelam e marcam sua presença no enunciado. Esse diálogo entre locutor e alocutário remete à categoria da intersubjetividade, sem a qual não pode haver comunicação linguística (Cf. BENVENISTE, 1976), uma vez que até mesmo no monólogo, o **tu** se encontra, de alguma forma, presente.

Discutidos os principais conceitos que iluminarão as análises a que este trabalho se propõe, é salutar refletir sobre a validade de tais conceitos para a análise de textos escritos. Para tanto, é possível verificar, no texto “O aparelho formal da enunciação”, que Benveniste (1989) sugere

que os elementos do aparelho apresentado poderiam ser utilizados para a análise de formas mais complexas de enunciação, como se pode observar em:

Seria preciso também distinguir a enunciação falada da enunciação escrita. Esta se situa em dois planos: o que escreve se enuncia ao escrever e, no interior de sua escrita, ele faz os indivíduos se enunciarem. Amplas perspectivas se abrem para a análise das formas complexas do discurso, a partir do quadro formal esboçado aqui. (BENVENISTE, 1989, p. 90)

Sobre a possibilidade de analisar textos escritos por meio dos conceitos benvenistianos, Parreira (2017) afirma:

Isso significa que o estudioso já visualizava a enunciação escrita e que ela também implica uma relação de intersubjetividade entre os indivíduos ao se enunciarem. O ato individual, para o linguista que define enunciação como ato individual de colocar a língua em funcionamento, pressupõe uma apropriação da língua no momento da enunciação. Isso pode ser observado na fala e estender-se para a escrita quando o locutor maneja a língua com a finalidade de produzir um enunciado. Logo, pode-se pensar a escrita também como um lugar de enunciação com características específicas. (PARREIRA, 2017, p. 157)

A partir do exposto, verifica-se como plausível e adequada a mobilização dos estudos benvenistianos sobre a enunciação para embasar análises de produções escritas, como é o caso da redação do Enem, objeto de estudo deste artigo, uma vez que, na escrita, também há apropriação da língua pelo locutor, que se instaura como sujeito da enunciação diante de um alocutário virtual.

4. Metodologia e análise

O *corpus* deste estudo constitui-se de uma redação produzida por um candidato ao Enem em sua edição de 2019 (cujo tema foi “Democratização do acesso ao cinema no Brasil”) e avaliada com nota máxima pela banca corretora. O texto foi coletado da Cartilha do Participante do Enem 2020 (BRASIL, 2020), adotando como único critério a presença de marcas que revelem, de alguma forma, a subjetividade (BENVENISTE, 1976) do candidato.

A partir da redação, buscar-se-á observar e discutir, com base nos estudos de Benveniste (1976; 1989), marcas que revelam a subjetividade do estudante na enunciação materializada através da redação que, de acordo com Parreira (2017), é um gênero que busca promover um disfarce do **eu** em nome de um efeito de objetividade a ser conferido ao texto.

Dessa forma, “Na perspectiva enunciativa, o quadro de enunciação instaura-se, mesmo não havendo a marca ‘eu’ que remete à subjetividade, desde a proposta da instituição que tem um locutor que é apagado” (PARREIRA, 2017, p.166). Compreende-se, assim, que esse apagamento se origina, em nível institucional, na própria proposta de redação, ao não apresentar um locutor identificado. A mesma postura é esperada do estudante ao produzir sua redação. Reitere-se, no entanto, que, mesmo diante do apagamento do sujeito, algumas marcas da presença daquele que enuncia permanecem e podem ser percebidas na produção.

Um dos primeiros passos rumo à análise a ser empreendida é pensar no comando de produção textual a partir da qual a redação a ser estudada teve origem. Nesse sentido, a proposta de produção da redação do Enem em 2019¹⁸ apresentou quatro textos motivadores relacionados ao tema proposto. Conforme instruções da avaliação, os textos não deviam ser objeto de cópia do aluno para sua redação e, caso isso ocorresse, as linhas provenientes de cópia seriam descontadas do total produzido para fins de correção.

Da forma como se organiza, é possível considerar a proposta como o elemento desencadeador do diálogo entre a instituição (MEC/INEP) e o leitor-estudante, na medida em que é a partir do comando, das instruções e dos textos de apoio que o candidato produzirá seu texto, buscando atender, da melhor forma possível, as características e as exigências da prova. Assim, a produção do candidato configura-se como uma resposta ao comando de produção, ocasião na qual haverá a troca de posições entre instituição/corretor e candidato. Este último, portanto, assumirá a posição de **eu** na enunciação frente ao **tu**, corretor da prova (BENVENISTE, 1989).

É, também, essencial voltar o olhar para o texto produzido pelo candidato (vide Quadro 2).

Quadro 1: Redação do Enem¹⁹.

Para o filósofo escocês David Hume, a principal característica que difere o ser humano dos outros animais é o poder de seu pensamento, habilidade que o permite ver aquilo que nunca foi visto e ouvir aquilo que nunca foi ouvido. Sob essa ótica, vê-se

¹⁸ A proposta de redação, com os textos de apoio, do Enem 2019 pode ser acessada em Brasil (2020, p. 32).

¹⁹ O texto, cuja autoria atribui-se ao candidato Gabriel Melo Caldas Nogueira, foi retirado da Cartilha do Participante do Enem 2020 (BRASIL, 2020, p.33) e foi avaliado com nota máxima no Enem de 2019.

que o cinema representa a capacidade de transpor para a tela as ideias e os pensamentos presentes no intelecto das pessoas, de modo a possibilitar a criação de novos universos e, justamente por esse potencial cognitivo, ele é muito relevante. É prudente apontar, diante disso, que a arte cinematográfica deve ser democratizada, em especial no Brasil – país rico em expressões culturais que podem dialogar com esse modelo artístico –, por razões que dizem respeito tanto à sociedade quanto às leis.

Em primeiro lugar, é válido frisar que o cinema dialoga com uma elementar necessidade social e, conseqüentemente, não pode ser deixada em segundo plano. Para entender essa lógica, pode-se mencionar o renomado historiador holandês Johan Huizinga, o qual, no livro “Homo Ludens”, ratifica a constante busca humana pelo prazer lúdico, pois ele promove um proveitoso bem-estar. É exatamente nessa conjuntura que se insere o fenômeno cinematográfico, uma vez que ele, ao possibilitar a interação de vários indivíduos na contemplação do espetáculo, faz com que a plateia participe das histórias, de forma a compartilhar experiências e vivências – o que representa o fator lúdico mencionado pelo pensador. É perceptível, portanto, o louvável elemento benfeitor dessa criação artística, capaz de garantir a coesão da comunidade.

Em segundo lugar, é oportuno comentar que o cenário do cinema supracitado remete ao que defende o arcabouço jurídico do país. Isso porque o artigo 215 da Constituição Federal é claro em caracterizar os bens culturais como um direito de todos, concebidos com absoluta prioridade por parte do Estado. Contudo, é desanimador notar que tal diretriz não dá sinais de plena execução e, para provar isso, basta analisar as várias pesquisas do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) que demonstram a lamentável distribuição irregular das práticas artísticas – dentre elas, o cinema –, uma vez que estão restritas a poucos municípios brasileiros. Vê-se, então, o perigo da norma apresentada findar em desuso, sob pena de confirmar o que propunha Dante Alighiere, em “A Divina Comédia”: “As leis existem, mas quem as aplica?”. Esse cenário, certamente, configura-se como desagregador e não pode ser negligenciado.

Por fim, caminhos devem ser elucidados para democratizar o acesso ao cinema no Brasil, levando-se em consideração as questões sociais e legislativas abordadas. Sendo assim, cabe ao Governo Federal – órgão responsável pelo bem-estar e lazer da população – elaborar um plano nacional de incentivo à prática cinematográfica, de modo a instituir ações como a criação de semanas culturais nacionais, bem como o desenvolvimento de atividades artísticas públicas. Isso pode ser feito por meio de uma associação entre prefeituras, governadores e setores federais – já que o fenômeno envolve todos esses âmbitos administrativos –, os quais devem executar periódicos eventos, ancorados por atores e diretores, que visem exibir filmes gratuitos para a comunidade civil. Esse projeto deve se adaptar à realidade de cada cidade para ser efetivo. Dessa forma, o cinema poderá ser, enfim, democratizado, o que confirmará o que determina o artigo 215 da Constituição. Assim, felizmente, os cidadãos poderão desfrutar das belezas advindas dessa engrandecedora ação artística.

Fonte: Brasil (2020, p. 33).

Por meio de sua produção textual, o candidato coloca a língua em uso, caracterizando, dessa forma, a enunciação e engendrando todo seu aparelho formal (BENVENISTE, 1989), ou seja, esse candidato instaura-se como **eu**, embora, por razões inerentes ao contexto enunciativo, o pronome de primeira pessoa do singular não figure em sua redação, visando a conferir ao texto dissertativo-argumentativo, o caráter objetivo que dele

se espera (Cf. PARREIRA, 2017). Concomitantemente, instaura-se a figura do alocutário, o **tu** da enunciação, representado, nessa situação específica, pelo professor corretor, responsável pela atribuição da nota ao estudante e/ou pela própria instituição responsável pela organização e aplicação das provas, no caso o Ministério da Educação e Cultura (MEC) por meio do Inep.

É graças à relação de intersubjetividade (BENVENISTE, 1976) que se estabelece entre ambos os atores que se delineará toda a enunciação, pois o estudante, na posição de locutor, fará escolhas a partir do que oferece o sistema linguístico, a fim de atender aos critérios utilizados pelo alocutário para correção de sua prova, buscando, conseqüentemente, ser o mais fiel possível a tais critérios, já que seu objetivo, em geral, é atingir uma boa pontuação.

Por fim, é necessário considerar também o **ele**, denominado por Benveniste (1976) como não-pessoa ou pessoa não subjetiva, elemento que é fornecido ao locutor pela proposta de produção. Assim, o candidato não tem a liberdade para dissertar sobre um tema de sua escolha, mas, no contexto do Enem, o referente (**ele**) já lhe é dado, o que, de certa forma, é uma maneira de verificar se o participante tem conhecimento suficiente sobre a temática que, por ser de ordem social, revelará, indiretamente, seu grau de engajamento com os problemas presentes em sua realidade cotidiana. Logo, é fundamental que o candidato dedique especial atenção à compreensão do tema proposto, pois, além dos fatores mencionados, a abordagem do recorte temático é objeto de avaliação na competência 2 da matriz de referência da redação, assim como a fuga ao tema pode levar o candidato à nota zero.

Resumidamente, o que se tem, concretamente, na redação analisada é um candidato (**eu**) que produz um texto dissertativo-argumentativo sobre a temática “Democratização do acesso ao cinema no Brasil” (**ele**), que será avaliado por professores corretores preparados especificamente para corrigi-los (**tu**), respeitando os critérios avaliativos do Enem.

Quanto às marcas que revelam a presença do **eu** subjacente ao texto produzido, é possível verificar que se fazem presentes tanto no modo semiótico, ou seja, nos aspectos formal-estruturais do texto, quanto no modo semântico, relacionado aos sentidos produzidos (Cf. BENVENISTE, 1989).

É possível apontar como marcas de subjetividade relativas ao modo semiótico: (a) o registro linguístico empregado; (b) emprego dos ele-

mentos coesivos; (c) predominância de verbos no presente do indicativo; (d) seleção de adjetivos; e (e) outras marcas de modalização.

A redação é produzida na variedade formal da língua portuguesa, tendo em vista que isso é uma das exigências apresentadas na proposta de produção. Portanto, o emprego da formalidade no texto se configura como uma marca de subjetividade, porque, ao empregar tal variedade, o locutor demonstra não apenas que está ciente da necessidade de um registro mais formal para a situação específica de interação, mas também que detém o domínio dessa variante, o que é objeto de avaliação da competência 1 da redação do Enem. O candidato marca-se, assim, como suficientemente competente no que tange ao conhecimento da língua portuguesa em sua variedade formal.

A presença implícita do **eu** na redação também se evidencia no nível de sintagmatização por meio das escolhas dos elementos coesivos presentes tanto no interior de cada um dos parágrafos quanto entre eles. Assim, ao utilizar os conectivos “Em primeiro lugar” e “Em segundo lugar” no início do segundo e do terceiro parágrafos, respectivamente, fica evidente uma hierarquização entre os argumentos apresentados, que se dá a partir da avaliação do locutor em relação a maior eficácia de um argumento em relação ao outro.

Os conectivos empregados no interior dos parágrafos também são reveladores da presença subjacente de um **eu** que põe a língua em uso, pois expressam diversas relações entre as ideias do texto. sobretudo as de **explicação** (“por esse potencial” / “por razões que” / “pois” / “uma vez que” / “porque” / “já que”), **finalidade** (“de modo a” / “de forma a” / “para”) e **conclusão** (“diante disso” / “portanto” / “então” / “por fim” / “sendo assim” / “dessa forma” / “assim”). No caso específico do texto em análise, percebe-se uma preocupação do candidato em justificar seus argumentos por meio de explicações, algo recomendado na Cartilha do Participante quando destaca que se deve promover o

[...] desenvolvimento dessas ideias por meio da explicitação, explicação ou exemplificação de informações, fatos e opiniões, de modo a justificar, para o leitor, o ponto de vista escolhido (BRASIL, 2020, p. 22)

Em alguns pontos da produção, faz-se o uso de elementos coesivos para indicar a finalidade a que se prestam os argumentos, como em: “**Para** entender essa lógica, pode-se mencionar o renomado historiador holandês Johan Huizinga (...)” ou ainda no excerto “Contudo, é desanimador notar que tal diretriz não dá sinais de plena execução e, **para** pro-

var isso, basta analisar as várias pesquisas (...)". Assim, percebe-se, por meio do uso dos conectivos com valor de finalidade, a presença do **eu** estudante marcando sua subjetividade ao esclarecer ao **tu** corretor o propósito dos argumentos mobilizados para construção do texto.

Por sua vez, destaca-se o uso de conectivos para apresentar as conclusões a que chega o **eu** estudante a partir de um conjunto de fatos mencionados, como ocorre em: "É prudente apontar, **diante disso**, que a arte cinematográfica deve ser democratizada (...)" ou "Vê-se, **então**, o perigo da norma apresentada findar em desuso (...)". Embora não se empregue a primeira pessoa do singular em nenhum momento do texto, todas as conclusões são do próprio locutor, consistindo o uso feito dos conectivos conclusivos em uma possibilidade para que ele marque sua subjetividade por meio do no modo semiótico da linguagem.

No processo de sintagmatização efetuado pelo locutor, é possível perceber a predominância de verbos conjugados no presente do indicativo. Conforme aponta Benveniste: "Os 'tempos' verbais cuja forma axial, o 'presente', coincide com o momento da enunciação, fazem parte deste aparelho necessário." (BENVENISTE, 1989, p. 85). Essa predominância contribui para uma instauração efetiva não apenas do **eu**, mas também do **agora** da enunciação, que será a baliza para todas demais referências temporais no texto. Além disso, revela a presença de um **eu** que deseja conferir o caráter de certeza ao que afirma, constituindo, portanto, uma marca de subjetividade. Nesse sentido, é possível mencionar, também, o uso frequente de frases construídas por **asserção** (BENVENISTE, 1989) como outro elemento que contribui para a conferência do caráter de certeza ao que enuncia o candidato.

A seleção de adjetivos revela, de forma bastante explícita, o posicionamento e o envolvimento, enquanto sujeito, do candidato em relação ao que afirma. Sendo assim, é possível reconhecer, na produção textual em análise, adjetivos que: (a) **enaltecem o cinema**, como "relevante", "louvável" e "engrandecedora"; (b) **apresentam o cinema como algo essencial ao homem atual**, como em "principal característica" ou "elementar necessidade"; (c) **conferem valor positivo às fontes**, como em "renomado historiador"; e (d) **caracterizam negativamente a situação atual de acesso ao cinema no Brasil**, como "desanimador", "lamentável", "irregular", "restritas", "desagregador". A presença desses adjetivos denota uma estratégia de marcação da subjetividade que compensa a necessidade de apagamento do **eu** no contexto em que se estabelece o diálogo entre candidato e avaliador/instituição, na medida em que possibili-

tam a expressão do locutor sem a necessidade de evidenciar-se textualmente por meio da primeira pessoa do singular.

Ainda no modo semiótico, a presença do **eu** na redação também se deixa perceber por meio dos modalizadores. A ocorrência de frases como “É **exatamente** nessa conjuntura que se insere o fenômeno cinematográfico (...)”, “Esse cenário, **certamente**, configura-se como desagregador e não pode ser negligenciado.”, indica um **eu** que expressa certeza em relação ao referente (**ele**). Em “Dessa forma, o cinema poderá ser, **enfim**, democratizado (...)”, por exemplo, é possível perceber, na escolha do modalizador apreciativo “enfim”, uma avaliação do estudante em relação à democratização do cinema, no sentido de que se trata de um problema que já deveria ter sido solucionado. Já em “Assim, **felizmente**, os cidadãos poderão desfrutar das benesses advindas dessa engrandecedora ação artística.”, não é difícil perceber a marcação da posição de apreciação do locutor em relação ao referente.

No que tange às marcas que evidenciam a subjetividade no modo semântico (BENVENISTE, 1989), destacam-se: (a) os exemplos e fontes citadas; (b) a forma de organização e hierarquização das ideias e (c) a proposta de intervenção.

Os exemplos e fontes citados pelo estudante, como o filósofo David Hume, o historiador Johan Huizinga, a Constituição Federal, bem como a menção aos dados do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) são também marcadores da presença do **eu** no texto, já que refletem o histórico de leituras e o repertório cultural do estudante que os mobiliza na construção de sua redação.

Além disso, há um trabalho referente à ordenação e à sequenciação das ideias discutidas no texto, visando à obtenção de uma produção coesa e coerente, sem rupturas temáticas, aspecto avaliado na competência 3 da prova. Pode-se afirmar, então, que a opção por tratar, primeiramente, do cinema enquanto elemento que atende à necessidade de ludicidade e, em segundo momento, sobre os aspectos legais relacionados à democratização dessa expressão artística revelam a hierarquia que o locutor estabelece entre ambos, de modo a considerar as questões legais como argumento mais forte a ponto de mencioná-las em segundo lugar.

Por fim, a construção da proposta de intervenção, objeto de avaliação da competência 5, bem como o fato de ela aparecer ao final do texto do candidato revelam não apenas a presença de um locutor (**eu**) que reflète sobre a lógica interna de organização das ideias (**ele**) e sobre a for-

ma mais organizada de apresentá-las ao alocutário (**tu**), mas também consistem na expressão de uma visão pessoal do estudante sobre o mundo e sobre como agir para solucionar os problemas sociais de seu entorno. Portanto, ao sugerir que o Governo elabore um plano nacional de incentivo ao cinema envolvendo a exibição gratuita de obras cinematográficas, é evidente a presença subjacente de um **eu** que sugere a ideia baseando-se em seu conhecimento e em sua leitura de mundo e do problema apresentado pelo tema da redação, embora isso não esteja marcado explicitamente na superfície textual.

Por meio dessa análise, intentou-se evidenciar e discutir as principais marcas da subjetividade do estudante na produção de uma redação nota 1000 do Enem, marcas essas que são muito importantes para que se possa caracterizar o texto como autoral, conduzindo-o a uma melhor pontuação nas competências 2, 3 e 5, nas quais avaliam-se, respectivamente, o repertório cultural, a coerência entre as informações mobilizadas e a capacidade do estudante de propor soluções às demandas sociais.

5. *Considerações finais*

Este trabalho propôs-se a identificar e a discutir as marcas de subjetividade presentes em uma redação avaliada com nota máxima na edição de 2019 do Enem. A partir dos movimentos analíticos empreendidos, verificou-se que, embora o texto dissertativo-argumentativo seja caracterizado pelo apagamento do sujeito que enuncia (**eu**), na medida em que se exige o uso da terceira pessoa, é possível perceber marcas que revelam a presença subjacente desse sujeito tanto no modo semiótico quanto no semântico da linguagem.

Ter consciência das formas por meio das quais a subjetividade se marca no texto dissertativo-argumentativo é relevante tanto para professores quanto para alunos. O professor, ciente da presença de tais marcas na produção de seus estudantes, por meio delas, poderá acompanhar e intervir, caso seja necessário, no desenvolvimento da capacidade do discente de se posicionar, de assumir a condição de sujeito em sua enunciação, tão importante na sociedade atual que solicita, cada vez mais, a tomada de posição em relação aos diversos dilemas sociais. Os alunos, por sua vez, cientes das possibilidades de se marcarem como sujeitos em suas redações sem precisar empregar a primeira pessoa do singular, conseguirão produzir textos mais autorais e engajados socialmente.

Por fim, a observação e a melhor compreensão dos aspectos trabalhados neste estudo contribuem não apenas para a obtenção de um bom resultado na situação avaliativa para fins de ingresso no ensino superior, pois a função da escola vai muito além desses aspectos, mas, também, e sobretudo, para a uma melhor compreensão das manifestações linguageiras, suas possibilidades e implicações na vida social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AUGUSTINI, Cármen; SILVA, Flávia, Santos da. A frase como unidade de discurso (n)as teorizações de Émile Benveniste. *Línguas e Instrumentos Linguísticos*, n. 35, p. 217-35, Campinas-SP, jan-jun 2015. Disponível em: <http://www.revistalinguas.com/edicao35/artigo9.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2022.

BENVENISTE, Émile. *Problemas de Linguística Geral I*. Tradução de Maria da Glória Novak e Luíza Neri. São Paulo-SP: Nacional; Universidade de São Paulo, 1976.

_____. *Problemas de Linguística Geral II*. Campinas-SP: Pontes, 1989.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). *Exame Nacional do Ensino Médio*: Documento básico. Brasília-DF: INEP, 2002. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/avaliacoes_e_exames_da_educacao_basica/enem_exame_nacional_do_ensino_medio_documento_basico_2002.pdf. Acesso em: 18 jun. 2021.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). *A Redação no Enem 2020*: cartilha do Participante. Brasília-DF: INEP, 2020. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/avaliacoes_e_exames_da_educacao_basica/a_redacao_do_enem_2020_-_cartilha_do_participante.pdf. Acesso em: 18 jun.2021.

PARREIRA, Míriam Silveira. Autoria em redações do Enem e enunciação escrita: uma possível conjugação a partir da perspectiva de Benveniste. In: AGUSTINI, C.; BERTOLDO, E. (Orgs). *Incursoes na Escrita Acadêmico-Universitária*: letramento, discurso, enunciação [on-line]. Uberlândia: EDUFU, 2017, p. 153-71. Disponível em: http://www.edufu.ufu.br/sites/edufu.ufu.br/files/e-book_incursoes_da_escrita_2017_0.pdf. Acesso em: 18 jun. 2021.

Outras fontes:

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA – INEP. *Edital nº 55, de 28 de Julho de 2020*. Brasília- DF, 31 jul. 2020a. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/edital-n-55-de-28-de-julho-de-2020exame-nacional-do-ensino-medio-enem-2020-digital-269756090>. Acesso em: 6 jan. 2022.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA – INEP. *Matriz de Referência Enem*. Brasília-DF, 2009. Disponível em: https://download.inep.gov.br/download/enem/matriz_referencia.pdf. Acesso em: 6 jan. 2022.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA – INEP. *Histórico*. Brasília- DF, 3 set. 2020b. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/enem/historico>. Acesso em: 6 jan. 2022.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA – INEP. *Enem Portugal*. Brasília-DF, 3 set. 2020c. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/enem/enem-portugal>. Acesso em: 6 jan. 2022.